



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE INCUBADORA
UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE EM
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

GABRIELLY OHANA DE MOURA

**OS DESAFIOS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – PERCEPÇÕES
SOBRE A EXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA DE SUMÉ/PB**

**SUMÉ – PB
2017**

GABRIELLY OHANA DE MOURA

**OS DESAFIOS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – PERCEPÇÕES
SOBRE A EXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA DE SUMÉ (PB)**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação de Jovens
e Adultos com Ênfase em Economia
Solidária no Semiárido Paraibano, como
requisito para a obtenção do título de
Especialista.**

Orientadora: Professora Dra. Adriana de Fátima Meira Vital.

**SUMÉ - PB
2017**



M929d Moura, Gabrielly Ohana de.
Os desafios dos empreendimentos solidários - percepções sobre a experiência da Feira Agroecológica de Sumé (PB). / Gabrielly Ohana de Moura. - 2017.

45 f.

Orientadora: Professora Dr.^a. Adriana de Fátima Meira Vital.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano.

1. Feira agroecológica de Sumé - PB. 2. Empreendedorismo. 3. Economia solidária. 4. Agricultores feirantes - Sumé - PB. 5. Produção orgânica. I. Título.

CDU: 334.73(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

GABRIELLY OHANA DE MOURA

**OS DESAFIOS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – PERCEPÇÕES
SOBRE A EXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA DE SUMÉ (PB)**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação de
Jovens e Adultos com Ênfase em
Economia Solidária no Semiárido
Paraibano, como requisito para a
obtenção do título de Especialista.**

BANCA EXAMINADORA:

**Professora Dra. Adriana de Fátima Meira Vital.
Orientadora - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Fabiano Custodio de Oliveira.
Examinador Interno - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Me. Daniel Vilar da Silva.
Examinador Externo - Prefeitura Municipal de Sumé**

Trabalho Aprovado em: setembro de 2017.

SUMÉ - PB

Dedico este trabalho a minha filha Sophia que me inspirou para que nos momentos de dúvida e fraqueza me mantivesse firme e forte por ela.

Dedico também a minha amiga de caminhada Adriana Farias do Nascimento, pois sem seu apoio e auxílio constantes, dificilmente essa caminhada chegaria ao fim. Obrigada Drikinha, seu incondicional apoio foi motivacional para a conclusão desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Campina Grande e a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários, obrigada por viabilizar a construção do conhecimento na proposta desse curso de Especialização, direcionado para a Educação no Semiárido paraibano.

À minha professora orientadora, Adriana Meira Vital, que me conduziu nos tempos de dificuldades e me encaminhou a análises e reflexões profundas e profícuas, muito grata.

Aos professores da Especialização de EJA, com ênfase em Economia Solidária, agradeço a todos pela forma motivada e ética que me conduziram durante o curso na construção do conhecimento e em minha formação.

Aos professores da banca avaliadora, obrigada, pelas contribuições relevantes nesse trabalho;

E a todos que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho. O meu agradecimento!

XOTE DA AGRICULTURA FAMILIAR

*Eu sou da roça, colho e planto a vida,
O direito de todos em poder se alimentar.*

Por isso, canto faço um novo dia

Com agroecologia e agricultura familiar

Lê, lê, lê, lê, ô, ô, ô(bis)

Em minhas mãos, os calos da história,

*As marcas de luta, suor, o sangue
derramado.*

Por isso, canto, e essa é a riqueza,

Pra sempre a certeza: Deus ao nosso lado.

Venha comigo entre nessa dança,

Plante a liberdade, um sindicalismo novo.

Por isso, cante, a terra é solidária

É minifundiária e liberta o povo.

Sonhamos juntos e é pra romper barreiras,

Solidariedade contra o grande mercado.

Por isso, canta toda a região

Na federação que uni os três estados.

RESUMO

Os empreendimentos solidários, como as associações de feirantes agroecológicos, ligam-se aos princípios da Economia Solidária, que surge como uma outra economia que se confronta com os interesses da reprodução do capital e do poder. As feiras livres são locais de relações econômicas, sociais e culturais que potencializam as relações da identidade camponesa entre seus atores. O presente trabalho visa averiguar, a partir da abordagem da Economia Solidária e do olhar dos agricultores-feirantes da Feira Agroecológica de Sumé, as principais dificuldades e desafios no fazer da condução da Associação para a manutenção da proposta da produção sustentável de alimentos em Sumé (PB). A pesquisa caracterizou-se como estudo de caso e o instrumento foi a entrevista com roteiro semiestruturado, aplicado a uma amostra de Oito associados. Foram apontados diversos gargalos, como a falta de assistência e apoio técnico e dificuldade de acesso ao crédito para incrementar ou expandir o empreendimento rural, ou fazer algumas benfeitorias em suas áreas de produção; contudo, os associados enfatizaram que sentem satisfação ao produzir e comercializar produtos orgânicos, frescos e saudáveis, pois sabem que estão possibilitando que as pessoas se alimentem de forma mais saudável e que mesmo com dificuldades a Associação dos Produtores da Feira Agroecológica de Sumé tem permitido a geração de trabalho e renda, porque entre os associados há cooperativismo e solidariedade.

Palavras-chave: Economia Solidária; Produção orgânica; Comercialização; Agroecologia.

ABSTRACT

Solidarity enterprises, such as associations of agro-ecological marketers, are linked to the principles of the Solidarity Economy, which emerges as another economy that is confronted with the interests of the reproduction of capital and power. Free trade shows are places of economic, social and cultural relations that enhance the relations of peasant identity among its actors. The present study aims to find out the main difficulties and challenges in the conduct of the Association for the maintenance of the sustainable food production proposal in Sumé (from the Solidarity Economy approach and from the perspective of the agriculturists of the Feira Agroecológica de Sumé PB). The research was characterized as a case study and the instrument was the interview with semi-structured script, applied to a sample of eight associates. Several bottlenecks were identified, such as the lack of assistance and technical support and difficulty access to credit to increase or expand the rural enterprise, or to make some improvements in its production areas; however, the associates emphasized that they are pleased to produce and market organic, fresh and healthy products because they know that they are enabling people to feed themselves in a healthier way and that even with difficulties the Association of Producers of the Agroecological Fair of Sumé has allowed the generation of work and income, because among the associates there is cooperativism and solidarity.

Keywords: Solidary Economy; Organic production; Commercialization; Agroecology.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APFAS	Associação dos Produtores da Feira Agroecológica de Sumé
ATER	Assistência Técnica Rural
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica Rural
ES	Economia solidária
LDB	Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PB	Paraíba
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Gênero dos entrevistados.....	28
Gráfico 2 -	Faixa Etária dos entrevistados.....	29
Gráfico 3 -	Nível de escolaridade dos entrevistados.....	30
Gráfico 4 -	Posse da terra pelos agricultores da APFAS.....	30
Gráfico 5 -	Tempo de associação na APFAS.....	31
Gráfico 6 -	Número de dependentes da renda familiar pelos agricultores da APFAS.....	32
Gráfico 7 -	Expressão sobre outras fontes de origem da renda dos agricultores da APFAS.....	32
Gráfico 8 -	Participação em cursos de capacitação pelos agricultores da APFAS.....	33
Gráfico 9 -	Percepção da feira como geradora de autonomia e empoderamento, segundo os agricultores da APFAS, Sumé (PB).....	34
Gráfico 10 -	Percepção dos agricultores da APFAS sobre acesso ao crédito.	35
Gráfico 11 -	Participação dos agricultores da APFAS em intercâmbios com outros feirantes.....	37
Gráfico 12 -	Percepção dos agricultores sobre política de incentivo a produção agroecológica no município.....	38
Gráfico 13 -	Percepção dos agricultores sobre a valorização pessoal, após a APFAS.....	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1	PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: DIFICULDADES E POTENCIALIDADES.....	14
2.2	AS FEIRAS COMO ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E TROCA DE SABERES.....	18
2.3	A FEIRA AGROECOLÓGICA COMO EMPREENHIMENTO SOLIDÁRIO.....	20
3	METODOLOGIA.....	23
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	23
3.2	INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....	25
3.3	CARACTERIZAÇÕES DA ÁREA DE ESTUDO.....	25
3.4	FEIRA AGROECOLÓGICA DE SUMÉ – ATORES SOCIAIS.....	26
3.5	CONDUÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS.....	27
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERÊNCIAS.....	42
	APÊNDICE.....	44

1 INTRODUÇÃO

As dificuldades e desafios são situações inerentes ao processo de construção e desenvolvimento, sobretudo na proposta da sustentabilidade, que carrega consigo a lógica da transformação, da renovação, em qualquer segmento que se considerar, especialmente quando se remete à idéia de uma nova proposta de modelo, centrada no ser, na coletividade, no ambiente equilibrado, na justiça distributiva e na solidariedade social.

O Brasil, como todo país capitalista vivencia esse modelo econômico, paradigma que coloca sujeitos em posições diferentes, tendo em vista que o desenvolvimento não alcança a todos. Visualiza-se um pequeno grupo elitista galgando espaços e suprimindo uma maioria de indivíduos a opressão econômica, laboral e social. Pois na sociedade capitalista a atividade laboral normalmente ocorre de forma assalariada, e quem não consegue lograr um espaço no mercado formal de trabalho, fica fora deste mercado.

A partir desta invisibilidade a que estão postos estes sujeito advém a necessidade de sair da exclusão das atividades laborais e surge como possibilidade a Economia Solidária e os empreendimentos solidários.

Neste sentido, a alternativa de empreendimentos solidários configura-se como uma escolha que se baseia em princípios norteadores que prima por um desenvolvimento sustentável, local, de respeito à natureza, valorização dos saberes individuais e troca dos conhecimentos de forma dialógica.

Pensar os empreendimentos solidários remete a idéia do resgate de valores, da busca por uma alternativa que fuja à lógica perversa e excludente, fixada na degradação ambiental e social. Nesse sentido, é possível traçar uma trajetória, uma linha do tempo, em diferentes momentos e setores da sociedade.

Quando o olhar é direcionado ao mundo camponês, certamente que todo o processo da produção de alimentos, sobretudo no segmento da agricultura familiar, é avaliado.

Estudos apontam as contribuições que a agricultura familiar pode ter para o desenvolvimento local e regional, inclusive das regiões mais pobres, dando ênfase tanto a importância da produção agrícola quanto de atividades não agrícolas em

estabelecimentos pluriativos para o desenvolvimento local (PLOEG et al., 2000; SCHNEIDER, 2001; WIGGINS et al., 2010).

Considerando o avanço da degradação do ambiente natural e dos agroecossistemas e a insegurança alimentar, consequência da exploração desordenada sobre os recursos da Natureza, como consequência da lógica perversa do mercado capitalista, a produção de alimento tem sofrido uma nova configuração, desde o pós-guerra, com o advento de Revolução Verde¹.

Hoje os produtos de base agroecológica estão sendo bem prestigiados pelos consumidores, e pelo mercado interessado em produtos livres de veneno. Segundo Silva; Câmara (2005), as questões de saúde e de preservação ecológica têm surtido impacto positivo e influenciado nas decisões dos agricultores por migrar para a produção limpa de alimentos e dos consumidores, que optam por produtos de origem agroecológica.

A comercialização dos produtos nas feiras livres e nas feiras agroecológicas, que são espaços de socialização de saberes, de trocas solidárias e de construções de parcerias entre agricultores e consumidores. Contudo, no fazer da produção agroecológica e da organização dos espaços, muitos são os desafios a serem superados. Daí a relevância da Economia Solidária, que precisa ser fortalecida, pois, conforme Pochmann (2004, p. 31) 'torna-se inegável reconhecer o espaço de oportunidades da economia solidária no Brasil'.

Nesse contexto, a pesquisa objetivou averiguar, a partir do olhar dos agricultores-feirantes da Feira Agroecológica de Sumé, as principais dificuldades e desafios no fazer da condução da Associação para a manutenção da proposta da produção sustentável de alimentos dentro da perspectiva da Economia Solidária.

¹ Consistiu em mudanças nas práticas produtivas com o intuito de aumentar a produtividade através da implantação de máquinas, defensivos e fertilizantes químicos e sementes preparadas à produção. Conforme Oliveira (1981).

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: DIFICULDADES E POTENCIALIDADES

Se observarmos a história até meados do século passado os bens naturais eram vistos e usados como infinitos e os lugares onde se depositavam resíduos do modo de vida “moderno” eram vistos do mesmo modo. Após os conflitos como a segunda Guerra Mundial foi possível começar a visualizar os impactos dessas atividades humanas no planeta, degradação do solo, poluição do ar e água, e a extinção de diversas espécies tanto animal quanto de plantas. Se não bastasse todo esse terrível impacto ainda tinha a crescente desigualdade Social provocado pelo sistema socioeconômico capitalista, sendo assim o acesso a recursos naturais passou a se tornar uma preocupação

Segundo Leis (1991) podemos apenas antecipar as prováveis causas e o sentido das transformações, pensando por essa perspectiva essas mudanças não podem ser medidas com uma previsão exata, de tal modo podemos afirmar que os impactos causados pelas constantes mudanças nos meios naturais podem ser ainda maiores do que podemos visualizar de imediato

Guimarães (1991) diz que não sabemos nada a respeito das interconexões entre as atividades humanas e os ciclos inexoráveis da natureza – os seres humanos estão constantemente influenciando o meio ambiente e sendo por ele influenciados. Com isso podemos entender que é de fundamental importância compreender as complexas relações do homem com o meio e os resultados que essas relações causam, para que com isso possamos elaborar meios e estratégias que possam interferir de forma menos agressiva e até mesmo que venham a recuperar áreas degradadas por esse sistema produtor.

Contudo apesar dos diversos estudos realizados e de muitos dados que dão o parecer nada positivo a respeito das condições ambientais sabemos que ainda assim a visão capitalista de lucro faz com que cada dia mais se desenvolva técnicas e políticas que beneficie a produção e acelerada, sem muitas vezes levar em consideração os possíveis impactos ambientais causados por essas ações, na contramão dessa conduta vem as formas alternativas de produção nos deteremos a falar sobre a agricultura Familiar, como conquista de direitos e de qualidade de vida.

Sabemos que o termo agricultura familiar é resultado de diversas lutas políticas e sociais estabelecidas entre os movimentos sociais e o governo, e essas lutas tinham

em vista a conquista de direitos que apesar da grande produção de alimentos do Brasil ser produto da agricultura Familiar, ainda assim esses produtores tinham e ainda tem muitos direitos negados, ainda mais acentuados com o avanço do agronegócio.

Para Chaves e Campos (2012), a agricultura familiar é uma importante aliada na implementação do desenvolvimento rural sustentável, como segmento produtivo e social, pelo fato de ser um elemento essencial, tanto para seu consumo interno e a segurança alimentar da população, quanto para a ocupação e geração de trabalho no meio rural, fazendo com que as famílias não deixem suas propriedades rurais para morarem nas cidades.

A princípio acreditamos ser importante entendermos um pouco o que vem a ser a agricultura Familiar e quem são os agricultores familiares os atores sociais do campo, diante disso achamos ser importante conhecermos o que a lei diz a respeito.

Enfim diante desse cenário surge a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu artigo 3º que vai caracterizar o que vem a ser considerado o agricultor familiar como sendo o que pratica atividades no meio rural atendendo a requisitos estabelecidos na lei.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. § 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. § 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)² § 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009) Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

I - descentralização; II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;

III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

²Art. 1º A União prestará apoio financeiro, no exercício de 2009, aos entes federados que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, mediante entrega do valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título daquele Fundo nos exercícios de 2008 e 2009, antes da incidência de descontos de qualquer natureza, de acordo com os prazos e condições previstos nesta Lei e limitados à dotação orçamentária específica para essa finalidade, a ser fixada por meio de decreto do Poder Executivo

Conhecer os aspectos dessa lei facilita o entendimento dos critérios adotados para identificar o/a agricultor/a familiar e sua respectiva especificidade que o diferencia do/a grande produtor/a agrícola.

Além do diálogo sobre os movimentos sociais há a provocação do marco legal do Sistema brasileiro de certificação orgânica

Particularmente a partir do processo de construção da lei que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar é que se percebeu um esforço para revelar a importância dos agricultores familiares para o desenvolvimento local e nacional. Avanços importantes foram feitos principalmente a partir de análises de dados censitários e de estudos de caso específicos (SANTOS, MITJA, 2012).

Diante de tais questões fica claro que a agricultura familiar é uma prática política, social e econômica que possibilita ao sujeito o empoderamento necessário para manter sua família com dignidade no campo. Nem sempre foi dessa forma e ainda podemos considerar que estamos distantes ainda do ideal de dignidade e qualidade de vida em alguns locais, levando em consideração que a prática da agricultura Familiar vem como alternativa a essa busca exacerbada pelo lucro, que atropela e massacra tudo que se opor aos seus ideais, tem um grande potencial como estratégia de preservação e conservação do meio ambiente.

A percepção da agricultura familiar direciona o olhar para os modos e sistemas de produção. Ao longo do tempo e na passagem da agricultura tradicional para a agricultura intensiva em insumos, mais conhecida como agricultura moderna ou convencional, foi chamada de Segunda Revolução Agrícola dos tempos modernos e significou a crescente dependência da agricultura em relação à indústria, bem como, a relativa homogeneização das agriculturas mundiais e fortes agressões ao meio ambiente.

Em 1960, Rachel Carson (Carson, 1962) faz uma crítica à modernização da agricultura em seu livro *Primavera Silenciosa*³, no qual critica o modelo de desenvolvimento dominante e os seus impactos em relação ao meio ambiente.

³ O livro, lançado em outubro de 1962, trouxe o primeiro alerta mundial contra os efeitos nocivos do uso de pesticidas na agricultura e influenciou a criação da agência de proteção ambiental (EPA) nos Estados Unidos, além de inspirar movimentos ambientalistas em diversos países.

A partir de conferências, encontros e diálogos, surge a Agroecologia, que segundo Altieri (1999) refere-se a uma forma de agricultura que procura fornecer em longo prazo um rendimento contínuo, utilizando tecnologias de manejo ecológico e cuja produção não é orientada para a busca de altos rendimentos de um produto em particular, mas sim para otimizar o sistema como um todo, com um olhar para além da produção econômica. Assim, pensar na agricultura familiar é compreender os desafios para, não somente produzir alimentos de forma sustentável, mas é igualmente, entender as dificuldades de fazê-lo, de conseguir superar os entraves, desde a ausência da assistência à aquisição de projetos, da comercialização aos benefícios oriundos da pesquisa em forma de projetos e programas que devem ser direcionados a manutenção da conservação do solo, da água, da vida.

2.2 AS FEIRAS COMO ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E TROCA DE SABERES

As feiras são espaços de interações desde a antiguidade promovendo a troca de mercadorias entre as pessoas no período Feudal⁴ e após com o surgimento do capitalismo começa a se comercializar ganhando uma nova importância, para os envolvidos, identificar sua origem seria se perder em um processo histórico longo e exaustivo que não é o foco de nossa discussão.

A feira é um importante espaço no qual se consolida uma riquíssima interação social e econômica, em especial dos sujeitos da agricultura familiar, a feira é antes de mais nada um local público diversificado e cultural, cheio de dinamismo e com grande variedade, que acaba perdendo esses atributos e sendo vistos apenas pela ótica do mercado e do lucro.

Em seu artigo apresentado no II Congresso Brasileiro de Agroecologia (GODOY; ANGEL, 2007) afirmam que:

As feiras livres constituem-se de uma intrincada teia de relações que configuram um diversificado conjunto de ocupações, fluxos, mercadorias e relações sociais, caracterizando-se primordialmente como uma atividade de trabalho informal essencialmente familiar, onde os envolvidos na operacionalização são geralmente membros da família, gerando por sua vez uma grande demanda de serviços diretos e indiretos como transporte, insumos, embalagens e atendentes.

⁴ Período da história da humanidade que compreendeu o modo de organização da sociedade na Idade Média (séculos V ao XV) na Europa. Sua característica maior é a servidão, relação social de produção onde há dependência e exploração entre o senhor e o servo.

Diante do que os autores afirmam podemos também observar que a feira proporciona a esses atores uma diversidade de trocas de relações que não ficam apenas na comercialização direta dos produtos existe todo um processo de participação de muitos envolvidos, que em sua maioria são membros da família que trabalham de forma informal em busca de seu sustento.

Esse relacionamento que os autores vêm tratando nos possibilita também a análise por outra ótica a da troca de saberes e experiências, não só entre o feirante e o cliente, mais entre o Rural e o Urbano, essa troca se dá por meio de receitas com os preparos dos produtos comercializados, de chás em alguns casos até mesmo de informações nutricionais dos produtos quando esses produtores/vendedores para agregar valor a seus produtos se aprofundam em pesquisar mais sobre o que está comercializando pois;

“Consistem em um local de relação social, um espaço de trocas de saberes e de hábitos culturais, onde os envolvidos enriquecem o seu capital cultural através de trocas, aprendizagens e obtenção de novos saberes e experiências vividas pelo outro. O freguês, colaborando com o seu saber da cidade para trocar com o feirante, enquanto este oferece um saber do rural, através do contato com a natureza e dos processos naturais produtivos. (BOURDIEU,1989).

Essa troca de saberes pode ser também entre os próprios feirantes que são também os produtores dos produtos comercializados com a troca de experiências entre si, o agricultor familiar nesses espaços tem a possibilidade de dialogar e trocar conhecimento com outros agricultores, conhecimentos esses adquiridos com suas vivencias cotidianas, diante dessa informação podemos afirma que a feira é um espaço de educação informal e com alguns aspectos também da educação não-formal que

[...] carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. (GOHN, 2006).

Essa interação que ocorre socializa os indivíduos e constrói valores e crenças muito particulares das vivencias experimentadas ao longo da vida de todos, possibilitando que esses sujeitos participem de uma interatividade educativa baseadas em princípios de igualdade e cidadania.

Enfim as feiras como um espaço educativo de troca de saberes e vivências proporcionam ao agricultor e aos seus clientes uma experiência de ensinamentos que se fossem em outros espaços de comercialização mais individualizados possivelmente não seriam tão significativos.

2.3 A FEIRA AGROECOLÓGICA COMO EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO

Já vimos nos tópicos anteriores a importância da feira como espaço sociocultural e de comercialização, que permite a interação dos diversos sujeitos, as feiras livres são parte cultural das pequenas e até das grandes cidades, sendo um espaço de transações comerciais e interações, possivelmente daí venha a sua resistência ao novo padrão de vida onde tudo se dá de forma a otimizar o tempo, e para isso existem as grandes redes de supermercados, onde tudo se encontra agilizando o tempo.

Especificamente neste tópico iremos tratar sobre a importância das feiras agroecológicas uma alternativa as feiras convencionais, onde existe todo um regimento para que eles possam se adequar ao que se exige, as principais diferenças dos produtos comercializados são que os produtos comercializados não podem em hipótese alguma ter em sua produção o uso de insumos químicos ou agrotóxicos, e os comerciantes desses produtos são os próprios produtores familiares que vendem de forma direta os seus produtos aos clientes a um preço justo.

As feiras agroecológicas vêm em contraponto a uma pratica comum nas feiras onde comerciantes comprar seus produtos em grandes distribuidoras ou ainda de terceiros.

Os agricultores familiares que participam dessa modalidade de feira têm um respaldo da lei, são cadastrados ao Ministério da Agricultura e a certificação de produtos orgânicos é o procedimento pelo qual uma certificadora, devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e “acreditada” (credenciada) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica.

Segundo dados do ministério da agricultura,

Os produtores orgânicos estão divididos em dois grupos: pequenos agricultores familiares, ligados a associações, cooperativas e grupos de movimentos sociais, que representam aproximadamente em 90% do total de agricultores, e empresas (10%), ligadas a iniciativa privadas. Os agricultores familiares são responsáveis por cerca de 70% da produção orgânica brasileira e respondem por parte da renda gerada com esses produtos (MAPA, 2014).

Além da tendência de mercado para o crescimento da produção e consumo destes produtos, algumas questões tornam-se emergentes e são discutidas por meio de publicações diversas envolvendo a compreensão das dinâmicas que ocorrem entre produção e consumo, benefícios e diferenças entre agricultura convencional e orgânica, certificação, selos de qualidade e identificação e institucionalização de valores de mercado. Tais transformações acabam por inserir, influenciar ou pressionar para que ocorram mudanças nas formas de se relacionar com o meio, na forma de produzir, transformar e consumir alimentos. Nesse sentido, Lockie (2002), destaca o trabalho de Friedland que fala na complexidade das relações sociais envolvidas em trazer comida para a mesa, e propõe um quadro análise para descrever os estágios através dos quais uma mercadoria é transformada até atingir valor.

Diante dos dados apresentados, percebe-se ainda a existência de muitas dificuldades na cadeia da produção orgânica. Considerando gargalos como este, foi lançado recentemente pela Presidência da República, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO - Brasil Agroecológico. Entre as iniciativas do plano, são destacadas ações de assistência técnica, ações voltadas para a qualidade dos insumos, formação de rede de ensino e pesquisa, bem como crédito agrícola, dentre outros (MDA, 2013).

O PLANAPO estabelecido pelo art. 4º do Decreto n. 7.794/12, estabelece um conjunto de ações, no âmbito da promoção destes meios de produção e da consolidação de um paradigma mais sustentável, a serem executadas até o ano de 2015, vinculadas às ações orçamentárias já aprovadas no Plano Plurianual 2012-2015.

Meyer e Rowan (1993) concebem as organizações como reflexos estruturais da realidade socialmente construída, estas são condicionadas, principalmente, por seu ambiente institucional. Para Scott (2001) essas percepções são essenciais para que se possa discutir a forma como as organizações lidam com as pressões externas pela adoção de práticas, ações, programas, modelos, condutas e se adaptam para atuação

neste meio. Essa adaptação refere-se não apenas a questões pontuais, mas na construção de uma imagem legitimada no mercado onde atua.

O conhecimento do perfil dos produtores de alimentos orgânicos e dos fatores que motivam ou limitam sua produção e comercialização é vital para promover a expansão do mercado, de modo a adequá-lo às expectativas e necessidades dos consumidores em termos de produtos e serviços.

Por outro lado, essas informações contribuem para definir estratégias e demandas de mercado, além de direcionar o processo de propaganda e comunicação, o qual poderia, por exemplo, disseminar informações mais relevantes para os potenciais consumidores, como a disponibilidade dos produtos e os benefícios da oferta, bem como as maneiras e os locais onde obter os produtos (VILAS BOAS et al., 2006).

Em se tratando de empreendimentos solidários Gaiger (2004) aponta que as formas de produção solidária trazem características promissoras: seus princípios intrínsecos não as impedem de competir no mercado; possuem vantagens relativas do ponto de vista da eficiência; sua difusão engendra um efeito imediato de distribuição da propriedade e de democratização da economia; geram simultaneamente benefícios sócio-políticos, atuando em sentido contrário ao efeito das desigualdades econômicas e sociais.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Toda pesquisa se mostra no campo do conhecimento como instrumento imprescindível na busca de respostas para questionamentos da realidade, a pesquisa como instrumento de investigação possibilita um conhecimento da realidade vivida de forma científica e crítica, possibilitando assim resultados que contribuam para a descoberta de novos conhecimentos, e apontamentos de possíveis soluções de problemáticas. Sendo assim:

A pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. *Por tanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamentos e ações* (ABÍLIO; SATO 2012, p.20).

Assim a pesquisa se torna instrumento de fundamental importância para se chegar aos fatos verdadeiros da problemática vivida, possibilitando que com os resultados obtidos se tenha as estratégias de formular ações eficientes e eficazes para entender a problemática e gerar com esse entendimento estratégias que interfiram positivamente na realidade vivida. Entretanto, Richardson (2009) diz que 'como ferramenta para adquirir conhecimentos, a pesquisa pode ter os seguintes objetivos: resolver problemas específicos, gerar teorias ou avaliar teorias existentes'.

O ser humano enquanto sujeito histórico, que está em uma sociedade, em constante transformação, não poderia ficar de forma isolada nessas mudanças elas são simultâneas e constantes, daí a importância do pesquisador, que enquanto mediador de conhecimentos precisa conhecer a realidade vivida pra entender como se dão as relações. Desta forma:

[...] a partir do momento que a necessidade do conhecimento é cultivado compreende-se que o verdadeiro conhecimento nasce a partir da busca do racionalismo crítico e da nova formulação de conceitos (RAMOS, 2013)

De acordo com Abílio e Sato (2012) duas idéias norteiam um bom trabalho de pesquisa são elas: a metodologia e o conhecimento, sobre a metodologia é preciso observar e refletir se ela é adequada situação a ser pesquisada, sobre o conhecimento é se ele vai acrescentar alguma relevância à questão de estudo da pesquisa. Sendo

assim, a pesquisa é importante na formação crítica e problematizadora, e na busca por novas respostas, por novos conceitos tão dinâmicos na sociedade atual que como dito estar em constante transformação.

Desta forma, o pesquisador escolhe o tipo de pesquisa que melhor se adéque ao seu objeto de estudo. Diante dessa perspectiva optamos por uma pesquisa qualitativa que segundo Abílio e Sato (2012) a pesquisa Qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja trabalha com o universo de significados, portanto como dito anteriormente optamos pelo método Qualitativo na pesquisa, diante da possibilidade de podermos investigar as diversas realidades e subjetividades de forma participante, tendo acesso a diversas experiências de forma particular.

A pesquisa bibliográfica é de fundamental e inestimável importância pra se iniciar os estudos, pois a partir dela que se adquire referencial teórico para se iniciar uma investigação científica.

De acordo com Gil (2010) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. As vantagens da pesquisa bibliográfica além do suporte teórico e permite ao investigador uma maior amplitude na investigação de fenômenos uma vez que dependendo da pesquisa alguns dados estão muito dispersos, o que inviabilizaria a pesquisa, e sem contar em pesquisas que requer estudos históricos, é impossível obter essas informações sem a consulta documentos e registros.

Segundo Gil (2010) a pesquisa de levantamento de campo se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se quer conhecer o que seria dizer que é a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado, na maioria dos levantamentos, não são pesquisados todos os integrantes da população estudada. Tomando como sujeitos de pesquisa uma amostra significativa dessa população.

Diante dessa metodologia, iniciamos o levantamento de campo com uma pesquisa inicial delimitando os critérios para a escolha do público a ser estudado na pesquisa. Desta forma, foram escolhidos os participantes da Feira Agroecológica de Sumé, focando a pesquisa unicamente os que exercem atividades de comércio na feira da cidade, salientando que os que participaram da pesquisa foram apenas os que estavam exercendo a venda dos produtos no período da pesquisa.

3.2 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

O instrumento que optamos para a coleta de dados na nossa pesquisa foi o questionário que segundo Gil (2008) o questionário é a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores e comportamentos.

Richardson (2009) vai dizer que geralmente os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social, ele afirma ainda que os questionários não estão restritos a uma quantidade determinada de perguntas, nem a um tópico específico e que os questionários dependendo do tipo de pergunta, o autor classifica três categorias de perguntas: Questionário com perguntas fechadas: As perguntas apresentam alternativas de respostas fixas, Questionário de perguntas abertas: As respostas são por meio de frases ou orações, e Questionários que combinam ambas as perguntas esse tipo de questionário vai conter tanto perguntas abertas como perguntas fechadas.

Optamos por o questionário como instrumento de coleta de dados por ele possibilitar a obtenção de dados de um grupo maior, tem uma homogeneidade nas perguntas não se correndo o risco de fugir do foco da pesquisa, os sujeitos que responderam os questionários não precisavam se identificar o que acreditamos possibilita uma maior liberdade de resposta, o tempo de resposta possibilita maior flexibilidade, e a tabulação dos dados é mais rápida.

3.3 CARACTERIZAÇÕES DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Sumé está localizado na Paraíba a 265 km de João Pessoa e está inserido na mesorregião da Borborema, entre o Sertão e o Agreste, sendo uma região sujeita a maiores períodos de estiagem. A economia da mesorregião da Borborema é basicamente a de extração mineral, agricultura, pecuária e caprinocultura.

Sumé está na microrregião do Cariri Ocidental que possui uma área total de 6.983,601 Km² é composto por 17 municípios. O município de Sumé tem sua área territorial segundo dados do IBGE (2015) de 838, 071 Km². A precipitação média anual é de 542 mm e o município está incluído na área geográfica de abrangência do

Semiárido brasileiro, sendo banhado pela Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, localizada a 7 ° 40 ' 18 " Sul e 36 ° 52 ' 54 " O e 518 m de Altitude. O Índice de Desenvolvimento Humano do município é de 0, 627.

Como características edáficas, predominam solos jovens e pouco profundos, com maior expressividade para os LUVISSOLOS e NEOSSOLOS (EMBRAPA, 2013). Em relação à vegetação, está presente a Caatinga, sendo que em muitos pontos se encontra presente processos erosivos e degradação por salinização

A economia local é baseada principalmente na agricultura, assim compreende-se a importância do conhecimento sobre as práticas conservacionistas dos solos para que se tenha sempre solos produtivos e que não falte áreas para os cultivos de diversas culturas de subsistência, tanto em grande escala como na agricultura familiar. A pecuária é uma atividade que apresenta um significativo fator econômico para as famílias desta região, por ser uma atividade praticada com grande intensidade no Semiárido paraibano (IBGE, 2015).

No Cariri as feiras agroecológicas correspondem a pequenos espaços para a comercialização de produtos de origem da agricultura familiar, em especial os que são produzidos de forma a não fazer uso de qualquer tipo de defensivo e/ou aditivo químico. Estes espaços são visitados por idosos, adultos, jovens e crianças, que no dia a dia percebem a necessidade de estar consumindo alimentos cada vez mais saudáveis (RAMOS, 2013).

3.4 FEIRA AGROECOLÓGICA DE SUMÉ – ATORES SOCIAIS

A necessidade de se criar feiras agroecológica surgiu após os produtores de orgânicos perceberem que não conseguiriam vender seus produtos em feiras convencionais, pois a produção natural ocorre em escala menor. Além disso, a figura do atravessador prejudicava o rendimento. Hoje as feiras agroecológicas são uma realidade por todo o País, contribuindo para disseminar os valores da agroecologia e da produção sustentável de alimentos, cujo objetivo primordial é levar saúde do solo à mesa do consumidor (RAMOS, 2013).

As discussões para a organização da Feira Agroecológica de Sumé foram iniciadas em 2006 e mediadas por uma equipe do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), envolvendo agricultores e agricultoras impulsionados principalmente pela preocupação com a saúde e com a preservação ambiental.

A Feira Agroecológica de Sumé acontece nas segundas feiras de forma fixa e de forma itinerante em alguns eventos que são convidados a apresentar seus produtos, teve início em 2006, surgindo da necessidade de alguns produtores em diminuir o uso de agrotóxicos em seus produtos eles mesmos identificaram que esse uso era prejudicial a sua saúde e conseqüentemente aos seus consumidores, com esse pensamento de melhoria nas condições de trabalho e segurança foram fortalecendo vínculos e formaram APFAS

Associação dos Produtores da Feira Agroecológica de Sumé (APFAS) passou a ser reconhecidos juridicamente em 2009, conta com um estatuto e diversas parcerias para melhorar cada dia mais a sua produção e empoderamento dos membros.

Ao longo dos anos a APFAS foi firmando parcerias, que lhes possibilitou a conquista do selo de certificação de produção Orgânica, concedido como falando anteriormente pelo ministério da Agricultura desde 2011.

Hoje associação conta com 21 sócios, sendo que apenas 8 participavam efetivamente da feira no momento da pesquisa realizada. Na proposta da pesquisa o foco apenas foram os feirantes que exercem a comercialização na feira, devido o período de estiagem apenas esses ainda mantinham a produção para comercializar seus produtos. No início da feira as barracas eram montadas todos os dias, sendo a montagem custeada pelos próprios sócios. Após muitas reivindicações recentemente foi conquistada as bancas fixas de alvenaria, o que possibilita uma maior comodidade e visibilidade aos agricultores e seus clientes na hora da comercialização de seus produtos.

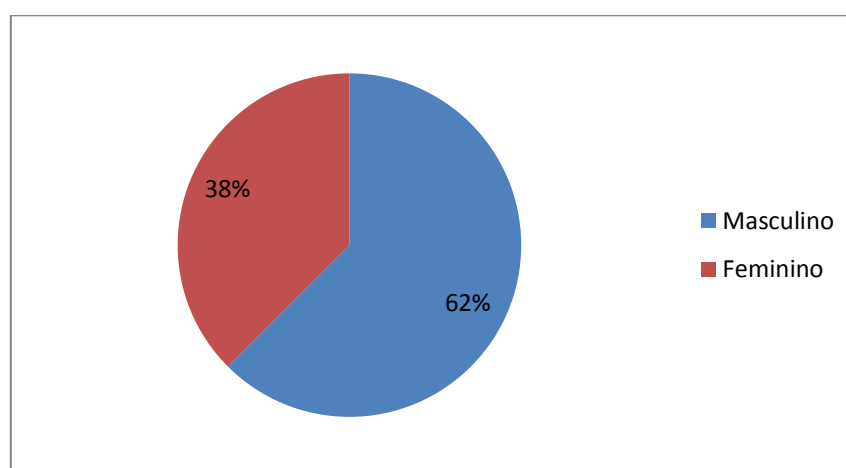
3.5 CONDUÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi realizada no período de 03 a 24 de julho de 2017 e seguia a conveniência dos participantes da APFAS. Foram entrevistados 12 participantes associados da APFAS. A seguir foram analisados os dados por tabulação, segundo Marconi e Lakatos (2009), na qual os dados coletados poderão ser apresentados de forma estatística e discutidos através da descrição.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

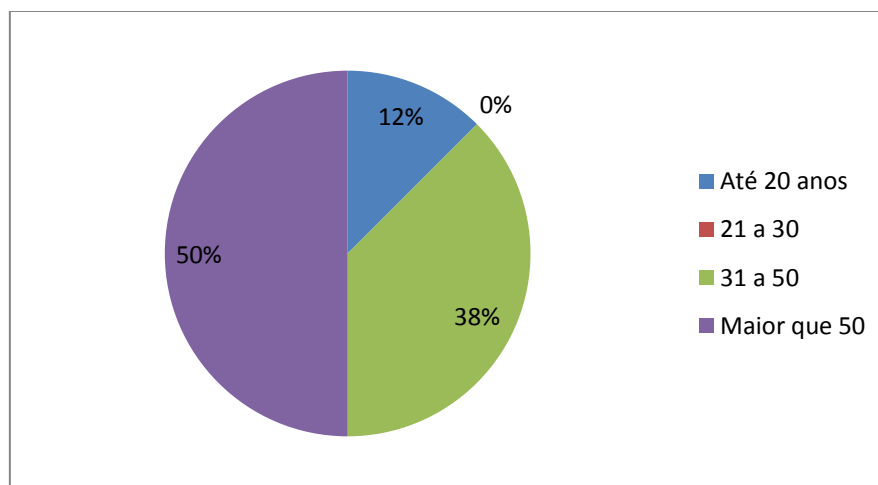
Quantos aos aspectos socioeconômicos dos entrevistados da APFAS, na delimitação quanto ao perfil, no que diz respeito à relação de gênero, predomina o sexo masculino (gráfico 01) entre os entrevistados perfazendo 62% da amostra e o feminino 38%. Essa verificação demonstra que a agricultura é ainda uma profissão na qual o número de homens na atividade é predominante, coincidindo com os estimativos disponibilizados pelo Ministério do Trabalho (FERRARI, 2004).

Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

A faixa etária dos membros pode ser observada no (gráfico 02) onde podemos notar que 50% dos entrevistados que atuam na feira e na agricultura Familiar estão acima de 50 anos, esta informação é de grande relevância, uma vez que nos mostra que os jovens possivelmente estejam engajados em outras atividades dentro da propriedade ou fora dela, mais que na maioria dos que participaram da pesquisa no momento de comercialização ainda predomina o trabalho dos mais velhos.

Gráfico 2 - Faixa Etária dos entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Um ponto a ser considerado no apontamento acima é o problema do êxodo rural e da sucessão familiar. Sabe-se que na agricultura familiar a juventude está presente por meio de sua inserção no trabalho familiar no estabelecimento agrícola, uma vez que essa caracteriza-se pela “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p. 15).

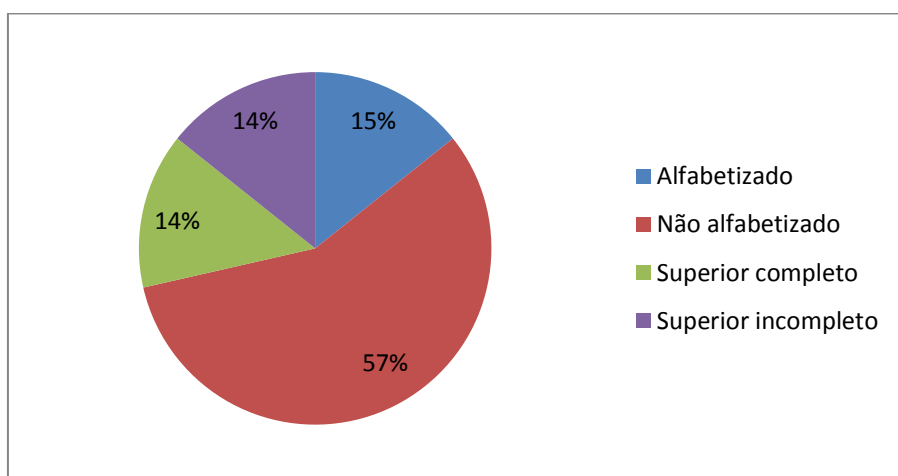
Para Silvestro et al. (2001, p. 280), na agricultura familiar:

Os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho - auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa – desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento.

Em decorrência do processo de êxodo rural está o processo de envelhecimento da população. Bem como, percebe-se recentemente um severo processo de masculinização do campo, já que as moças estão deixando a zona rural antes e numa proporção maior que os rapazes (ABRAMOVAY *et al.*, 1998). Dentre as principais implicações dos processos supracitados que vem se agravando nos últimos anos está o que se pode denominar de “problema da questão sucessória” na agricultura, que acontece quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias e pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios.

Relativo à escolaridade (gráfico 03), 15% são alfabetizados e 57% correspondem aqueles sem nenhuma instrução, tem ainda 14% com educação superior completa e também 14% com educação superior incompleta. Esses dados revelam que a população entrevistada possuía um nível precário de escolaridade, demonstrando um decréscimo na escolarização da população adulta jovem, que foi a maioria dos entrevistados.

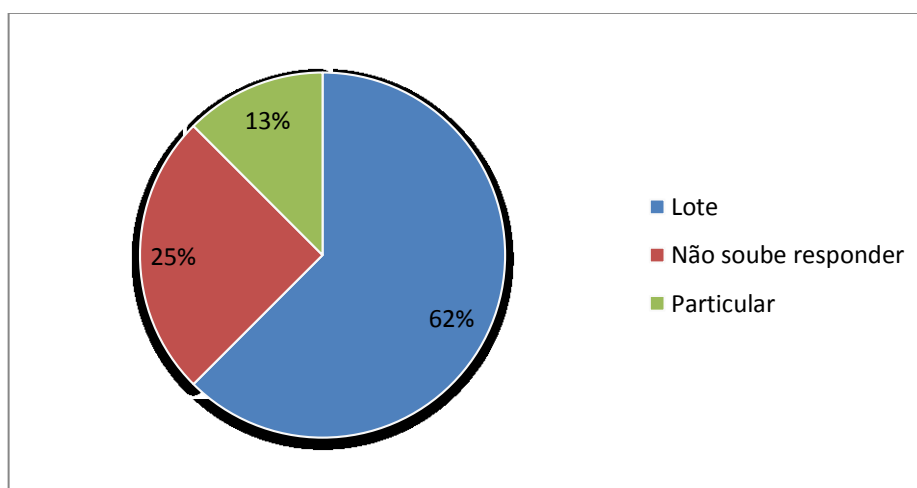
Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Com relação a posse da terra, 62% disseram que detém a documentação de cessão de uso do lote da área do DNOCS e 15% disse que tem área particular (Gráfico 04).

Gráfico 4 - Posse da terra pelos agricultores da APFAS.

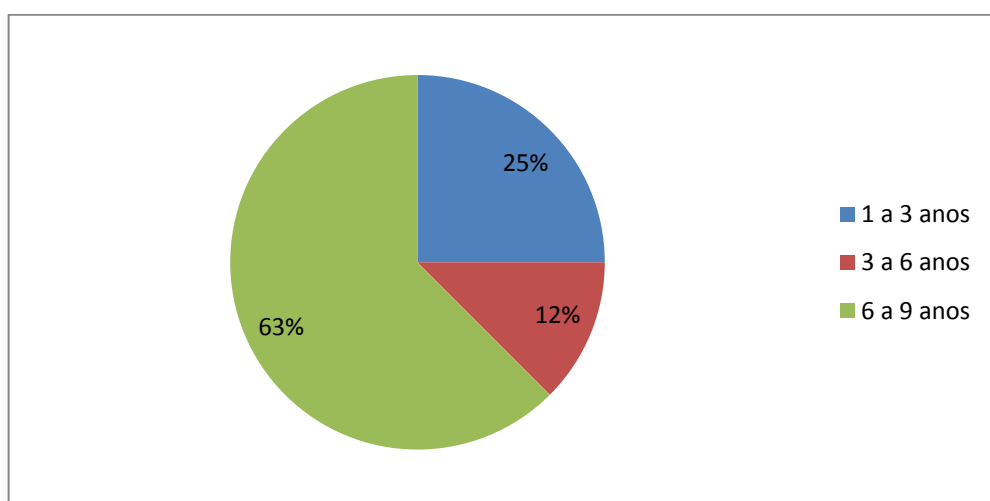


Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Com relação a participação na APFAS, a maioria dos agricultores e agricultoras entrevistados (63%), disse que estão na associação entre 6 e 9 anos. O tempo é relativamente menor que o tempo de fundação da APFAS e, decorrência dos entrevistados mais antigos que não puderam participar da pesquisa (Gráfico 05).

Segundo Trindade (1986) a gênese das associações é motivada pela falta de resposta, de empenhamento ou de capacidade de intervenção das instituições formais do poder local, criando, assim, grupos de pressão ou até de intervenção complementares e/ou alternativos para a satisfação de anseios carentes de resposta adequada. No meio rural, elas apresentam-se como uma possibilidade de representação dos interesses da comunidade e de participação e envolvimento dos membros da mesma nos processos internos e externos (COSTA; RIBEIRO, 2012).

Gráfico 5 - Tempo de associação na APFAS.



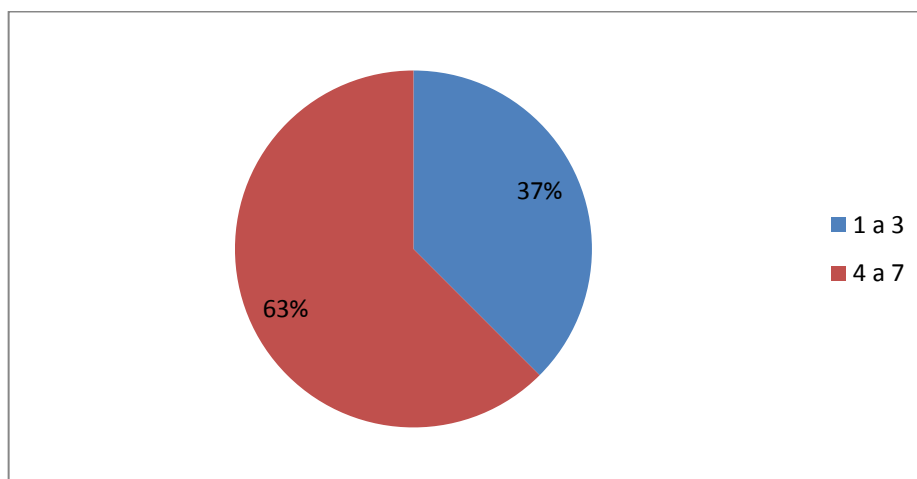
Fonte: Dados da pesquisa, 2017

A cooperação e o associativismo entre um grupo de pessoas se baseiam na ação conjunta, no trabalho coletivo de indivíduos associados livremente para por em marcha a obtenção de melhores condições econômicas, sociais, morais e civis. O movimento associativismo está apoiado numa filosofia nova, ou seja, seu propósito é fazer vingar uma transformação pacífica, porém radical, das condições econômicas e sociais vigentes, cuja participação da comunidade fundamental para o

desenvolvimento local, o espaço participativo de uma associação é formado por diferentes visões de mundo e concepções de realidade (SOUZA, 2000).

Quanto ao número de dependentes da renda familiar, verificou-se que a maioria dos associados tem entre 4 e 7 dependentes (Gráfico 06).

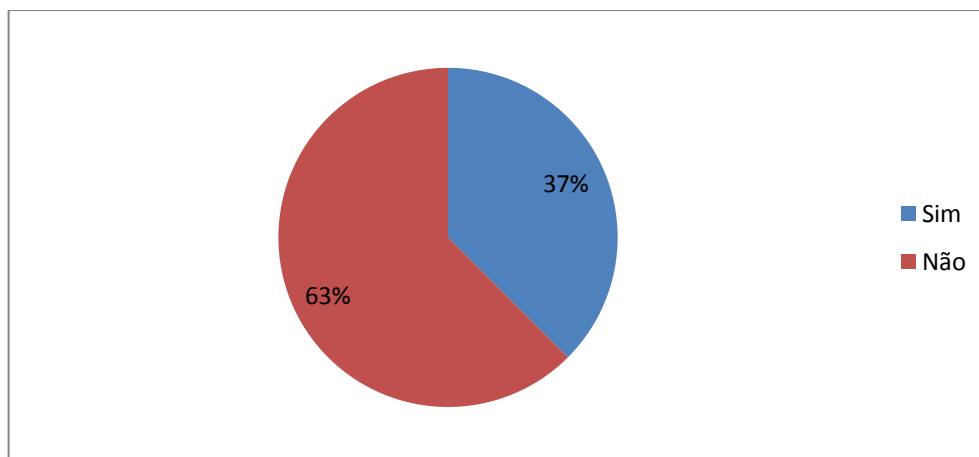
Gráfico 6 - Número de dependentes da renda familiar pelos agricultores da APFAS.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Sobre a origem da renda (Gráfico 07), verificou-se que 63% dependem exclusivamente da produção agrícola, não demandando outras fontes de renda. Constatou-se, também, na amostra estudada, uma associação positiva da presença do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Gráfico 7 - Expressão sobre outras fontes de origem da renda dos agricultores da APFAS.



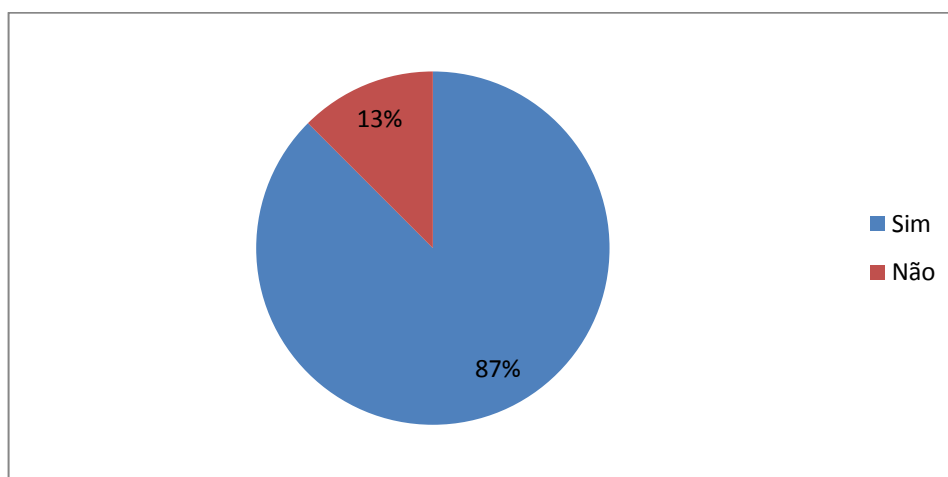
Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Todavia, verifica-se nas falas dos entrevistados que o programa deve ir além do simples financiamento de práticas produtivas modernas, mas deve contribuir para introduzir mudanças nos sistemas produtivos no sentido de diminuir a sua dependência de insumos externos, bem como utilizar práticas que sejam ambientalmente mais adequadas a cada situação e que respeitem a cultura tecnológica dos agricultores familiares.

Todos os entrevistados afirmaram que não recebem apoio técnico ou que este é praticamente ausente, desde que o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) foi extinto, o que dificultou muito a ampliação das atividades.

Quanto aos órgãos que desenvolvem extensão rural nas propriedades verificou-se que a EMATER é a mais presente, no entanto os trabalhos de extensão são pontuais e necessitam de maior acompanhamento. Ainda verifica-se a participação da universidade por meio de projetos de extensão e pesquisa que acompanham alguns dos produtores ou organizam dias de campo ou cursos de capacitação, de modo a trocar informações que são importantes para ambos.

Gráfico 8 - Participação em cursos de capacitação pelos agricultores da APFAS.



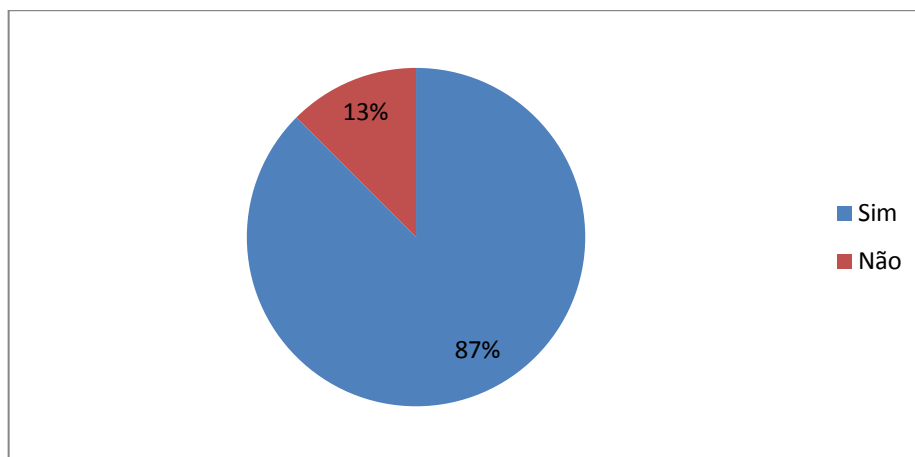
Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Os entrevistados destacaram como aspectos mais positivamente avaliados da experiência atual: a convivência com o grupo e com os fregueses da feira; o reconhecimento pessoal e coletivo que o grupo conquistou no município; o aprendizado; a rentabilidade que tem propiciado.

Solidariedade, cooperação e comércio justo são pilares da Economia Solidária como uma estratégia para o modelo de desenvolvimento sustentável. Segundo os entrevistados, a Feira Agroecológica de Sumé tem permitido a geração de trabalho e

renda, com apoio, capacitação e cooperativismo. Ao estreitar a relação dos Empreendedores Solidários e Agricultores Familiares com o consumidor final, permite-se a venda de produtos e alimentos mais saudáveis e de base agroecológica, sem intermediários, por um preço justo (Gráfico 09).

Gráfico 9 - Percepção da feira como geradora de autonomia e empoderamento, segundo os agricultores da APFAS, Sumé (PB).



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Sabe-se que o acesso ao crédito é um importante fator para possibilitar o crescimento da agricultura, principalmente nas pequenas propriedades. Porém a dificuldade de acesso às informações por parte dos agricultores em como adquirir o crédito e a própria natureza do meio rural, em que os riscos envolvidos são maiores dificultam a concessão do crédito a uma parcela considerável de produtores rurais. Segundo a Fundação Paulo Bonavides – FPB (2011) a dificuldade de acesso ao crédito é uma das principais causas da exclusão do meio rural.

Aqui fazemos uma leitura das Feiras Agroecológicas se constituem também como territórios que congregam aspectos do desenvolvimento local baseado em relações de poder vivenciadas pela territorialidade camponesa e pela Agroecologia, baseadas numa outra lógica de produção e consumo, antagônica aquela posta pelo modo de produção capitalista na agricultura.

O crédito rural é de grande importância para fortalecer as transações econômicas dos pequenos e médios produtores rurais, estimulando seus investimentos, alavancando a geração de renda e influenciando na melhoria da qualidade de vida.

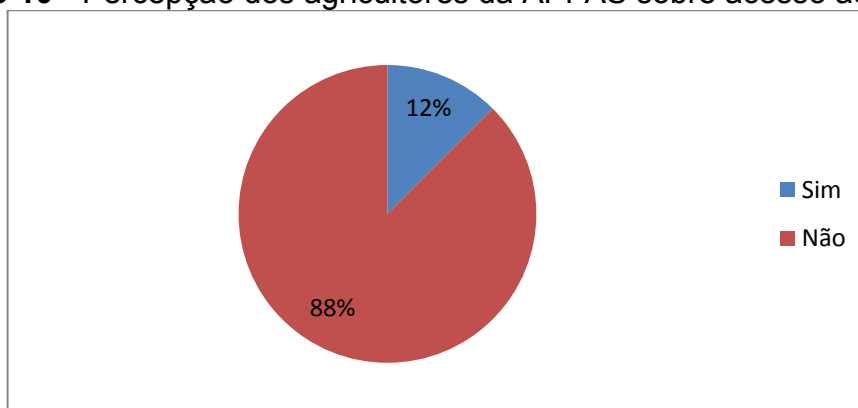
No artigo 2º da lei 4.829 de 5 de novembro de 1965 vem definir o crédito rural como o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para a aplicação nas atividades que se enquadram nos objetivos desta lei. Podem-se frisar dois aspectos no devido artigo, primeiro que o crédito é para suprir eventuais necessidades e segundo que é específico ao produtor rural.

É notório que os incentivos disponibilizados pelo Estado aos sujeitos que promovem uma agricultura camponesa - produtores dos alimentos básicos à nossa sobrevivência - são considerados incipientes e muitas vezes inacessíveis. Dentre as maiores dificuldades encontradas pelos camponeses estão o acesso aos créditos rurais, a assistência técnica à produção e a comercialização.

Estratégias como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, identificados através de uma Declaração de Aptidão Agrícola – DAP, constitui-se em uma política pública específica e diferenciada para a agricultura familiar, e nasceu com a finalidade de facilitar o crédito agrícola e o apoio institucional aos pequenos produtores rurais que até então, não estavam assistidos e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo. Todavia, a burocracia para retirada da DAP para que possam se beneficiar de políticas públicas; a burocratização para o acesso aos créditos bancários; baixos preços pagos aos produtos quando vendidos à atravessadores, etc, são entraves cruéis para os agricultores familiares.

Questionados sobre as formas de acesso ao crédito 88% dos agricultores disseram não ter conseguido recursos financeiros para incrementar ou expandir o empreendimento rural, ou fazer algumas benfeitorias em suas áreas de produção (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percepção dos agricultores da APFAS sobre acesso ao crédito.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Nesse cenário, a lógica da Economia Solidária se faz expressiva, permitindo as diversas interlocuções, desde que o cooperativismo é uma ferramenta de extrema importância no combate à exclusão social e apresentam valores sólidos de liberdade, humanidade, igualdade e solidariedade, a partir da associação por iniciativa própria para atender um objetivo mútuo, não pretendendo o lucro e sim os interesses coletivos (VEIGA; FONSECA, 2001).

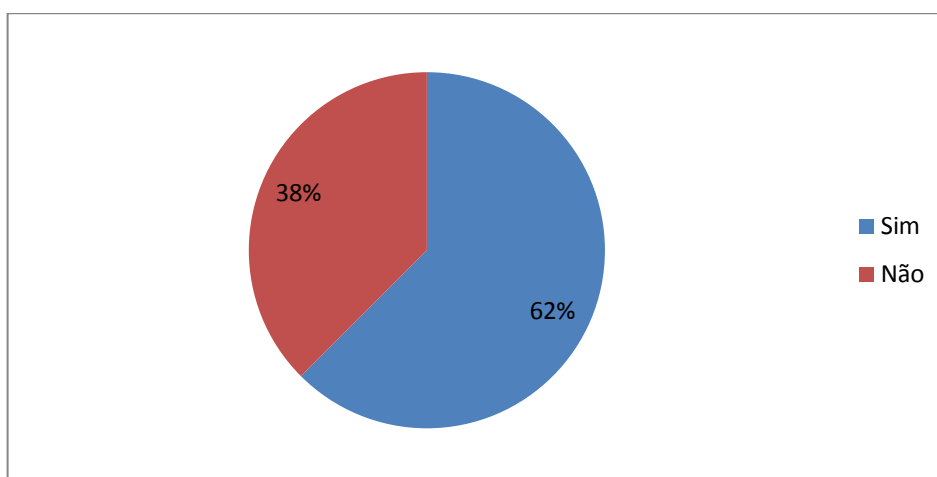
A troca de experiências possibilita aos agricultores a exploração de seus potenciais, porque há um aproveitamento das capacidades, habilidades e competências dos membros da comunidade e divulgação de uma cultura solidária que objetiva a melhoria de vida dos participantes.

Nesse sentido, é importante refletir nas diferentes possibilidades que podem ser inseridas no processo de construção do coletivo, a exemplo das intervivências e intercâmbios, como ressalta Santos (2010) a se referir ao processo das Feiras da Borborema:

(...) após visitas de intercâmbio nos Sítios Utopia e Oiti, realizadas no primeiro semestre de 2002, os camponeses assentados da Várzea Paraibana adquiriram outras referências para reestruturar o processo produtivo e investir em novas técnicas, objetivando diversificar a produção e aumentar a oferta dos alimentos a serem vendidos na feira agroecológica.

Considerando que o intercâmbio entre o coletivo dos agricultores e setores parceiros tem se confirmado como uma das metodologias mais importantes da agroecologia e que é na troca de saberes e sabores que o conhecimento se amplia e aperfeiçoa, de forma interdisciplinar e descentralizada, perguntamos aos entrevistados se têm participado desses momentos e 62% afirmaram que sim (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Participação dos agricultores da APFAS em intercâmbios com outros feirantes.



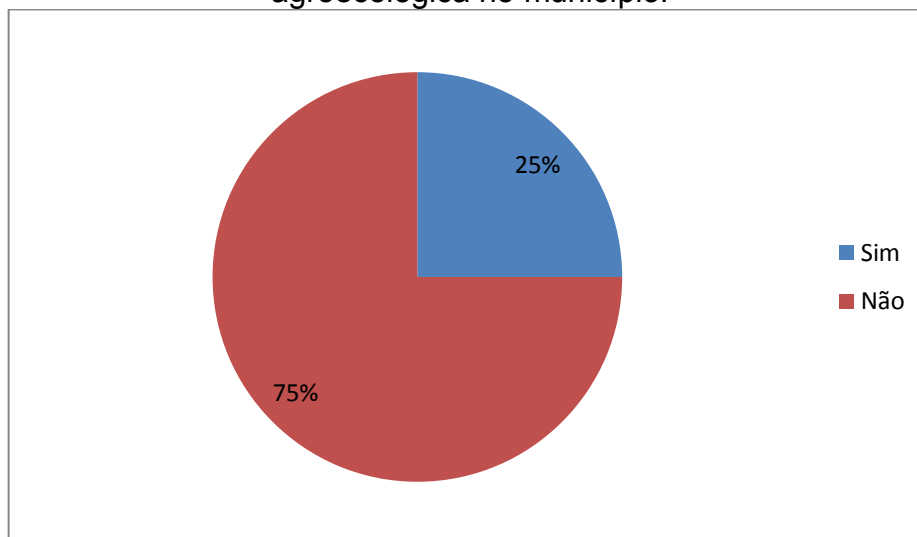
Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Ressalta-se a importância dessa estratégia como relevante espaço para o engrandecimento dos empreendimentos solidários, pois as trocas de experiências fomentam as possibilidades de crescimento, por ser um espaço socioambiental, com a participação de agricultores, sendo um dos grandes pilares da agroecologia.

No que diz respeito a produzir de forma agroecológica os agricultores responderam que produzem dessa forma devido a proposta de cuidado com a saúde de seus familiares e com o cuidado com o ambiente e a possibilidade de venda direta dos produtos. Apesar de seu entusiasmo, os agricultores relataram que ainda não há uma política que dê visibilidade a sua prática agrícola no município (Gráfico 12).

Mesmo sendo uma atividade lucrativa, segundo alguns daqueles que a praticam, a agricultura familiar e seus adeptos ainda enfrentam problemas vindos desde o Brasil colônia. Problemas tais como políticas públicas que atendam realmente às necessidades socioeconômicas e culturais destes agricultores, concentração fundiária, além dos problemas internos, como: falta de mão de obra qualificada, ausência de insumos externos, como máquinas e assistência técnica são problemas que compõem a realidade do campo brasileiro.

Gráfico 12 - Percepção dos agricultores sobre política de incentivo a produção agroecológica no município.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

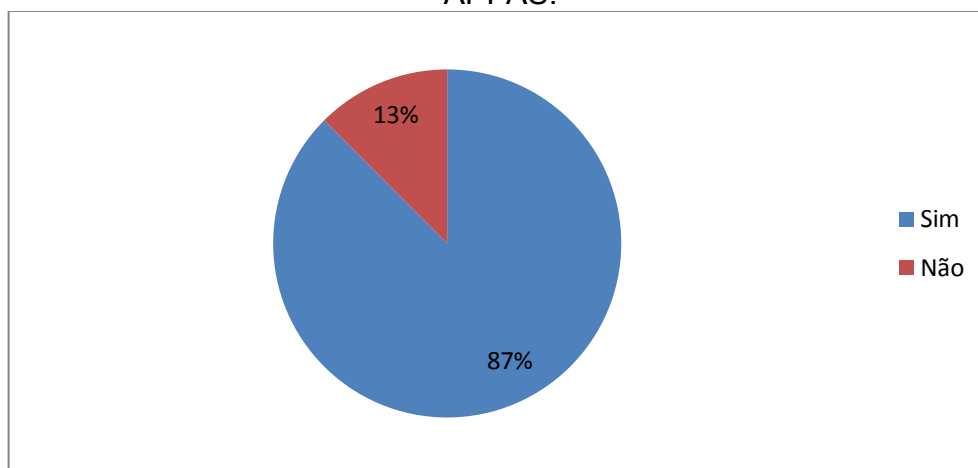
O processo de aprendizado e construção coletiva continua. As dificuldades são muitas, mas ao que se mostra os ganhos são bem significativos, segundo as percepções dos próprios protagonistas da experiência em questão (Gráfico 13). No que se refere às condições de trabalho, foi comum entre os entrevistados a constatação de que as condições de trabalho melhoraram bastante após a organização da APFAS.

Ressalta-se aqui a importância da APFAS enquanto espaço de empoderamento e de compartilhamento de experiências, próprios dos empreendimentos solidários.

Percebe-se que no viés do estudo que a APFAS abraça os princípios da Economia Solidária, com um jeito diferente de produzir, vender, comprar o que é preciso para viver. Sem exploração, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. Neste conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, solidariedade e ecologia. É necessário perceber que essas características, embora sejam complementares e nunca funcionem isoladamente, podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes na Economia Solidária (SENAES/MTE, 2013).

Essa percepção remete igualmente ao sentimento de pertencimento e valorização dos associados, como mostrado no gráfico

Gráfico 13 - Percepção dos agricultores sobre a valorização pessoal, após a APFAS.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Além da valorização, os entrevistados mencionaram que a qualidade de vida melhorou e eles têm podido manter a família na terra, sem ter que se sujeitar ao trabalho em outras propriedades ou na cidade. Apenas uma parcela não significativa afirmou que membros da família trabalham na cidade, enquanto que a maior parcela afirmou que o trabalho familiar é relação predominante no modo produtivo. Todos os entrevistados disseram se sentir felizes com a proposta a produção agroecológica e da comercialização solidária.

Os feirantes enfatizam que sentem satisfação ao produzir e comercializar produtos orgânicos, frescos e saudáveis pois sabem que estão possibilitando que as pessoas se alimentem de forma mais saudável, porém esta consciência não está presente na maioria dos consumidores. Outra adversidade encontrada são as estratégias de divulgação, quase inexistentes

Os desafios dos empreendimentos solidários rurais são diversos, desde a presença da assistência técnica à comercialização, mas a vontade de superação e de avançar com a proposta da solidariedade social e da justiça distributiva é maior.

A feira ainda é uma excelente opção aos agricultores, todavia é possível citar aqui diversos fatores que também dificulta uma participação destes agricultores na feira, ou mesmo os obrigam a reduzir a quantidade de produtos ofertados nas bancas:

burocracia excessiva nos processos; dificuldades de organização social e política dos produtores (o que poderia, se efetivado, reforçar a representação da comunidade frente à sociedade e poder público); falta de incentivos e divulgação; carência de mão-de-obra familiar, etc. Para sanar algumas das dificuldades encontradas, o agricultor familiar se ampara através das associações.

A APFAS (Associação dos Produtores da Feira Agroecológica de Sumé) é um exemplo, pois através dela os agricultores se entre ajudam e recebem amparo, orientação e apoio técnico, se não dos órgãos de ATER, mas de instituições outras, como a própria universidade. É por meio deste apoio propiciado, que o agricultor familiar abre novas portas, como a participação e venda direta em diversos programas do governo como: PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), onde os alimentos adquiridos pelo governo destes agricultores familiares são destinados a entidades sócio assistencial, fornecendo alimentos nutritivos para quem se encontra em situação de insegurança alimentar; o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), cujo objetivo é o fornecimento de merenda escolar para alunos da rede estadual e municipal.

As associações rurais são uma estratégia dos agricultores para superar as barreiras para a sua manutenção e reprodução sobre o território, pois através delas seus membros aumentam e estreitam os contatos, realizam alianças e se expressam os conflitos e os problemas da comunidade. Logo, a associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em busca de uma direção a um lugar melhor através da cooperação e se torna um instrumento para o alcance de objetivos mútuos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento dos seus moradores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo de percepção com os agricultores-feirantes agroecológicos da APFAS, é possível concluir que:

- 63% dependem exclusivamente da produção agrícola, não demandando outras fontes de renda;
- todos os entrevistados afirmaram que não recebem apoio técnico ou que este é praticamente ausente;
- 88% disseram não ter conseguido recursos financeiros para incrementar ou expandir o empreendimento rural, ou fazer algumas benfeitorias em suas áreas de produção;
- os associados enfatizaram que sentem satisfação ao produzir e comercializar produtos orgânicos, frescos e saudáveis, pois sabem que estão possibilitando que as pessoas se alimentem de forma mais saudável;
- todos disseram que Feira Agroecológica de Sumé tem permitido a geração de trabalho e renda, mesmo com pouco apoio e que entre os associados há cooperativismo.

Dentro de sua singularidade a feira agroecológica evidencia sua complexidade e suas dimensões sócio culturais, local em que a organização e a participação social poderão sempre ser estimuladas. No caso da APFAS, é possível observar, embora as dificuldades e desafios apontados, a satisfação dos feirantes com a atividade, pois a comercialização direta ao consumidor cria um vínculo de amizade e confiança entre os próprios feirantes e entre estes e sua clientela, gerando uma rede social. Contata-se a inexistência de intermediários que beneficia tanto os feirantes quanto os consumidores, pois o encurtamento desta cadeia comercial tanto agrega valor aos produtos, beneficiando o feirante, como também oferecem estes produtos ao comprador sempre frescos e com maior qualidade.

REFERÊNCIAS

- APFAS. Associação dos Produtores Familiares, Agroecológicos de Sumé. Estatuto, 2008.
- ABRAMOVAY, R. “Juventude rural: ampliando as oportunidades”, **Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo**. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Ano 1, nº 1. Abril de 2005.
- BOECHAT, Patrícia Teresa Vaz, SANTOS. Jaqueline lima dos. Feira Livre: Dinâmica espaciais e Relações Identitárias.
- BOURDIEU, P. “A gênese dos conceitos de hábitos e campo” In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Difel, 1989.
- BRASIL. **Lei Federal nº 4.829** de 05 de novembro de 1965. Institucionaliza o crédito rural. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm, acesso em 24 de jun 2017.
- BRASIL. **Lei Federal nº 11.326** de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06>, acesso em 14 de mai. 2017.
- CAMARGO, Ana Luiza de. Brasil: Desenvolvimento Sustentável - dimensões e desafios , Campinas, SP: Papirus, 2003.
- CARSON, R. **Silent Spring**, Houghton Mifflin Company: New York, 1962.
- FROEHLICH, Jose Marcos. DIESEL, vivien.- Desenvolvimento Rural: Tendências e Debates contemporâneos / organizadores 2 ed._ Ijuí:Ed. Unjui, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=251630&search=paraiba|sume|infograficos:-historico>> . Acesso em 01/09/2017.
- GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
- GODOY.Wilson Itamar, ANJOS. Flávio Sacco dos. Importância das feiras livres ecológicas: um espaço de Trocas e saberes da economia local. Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007.
- GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006
- GOHN, M. G. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais,SP,Cortez 2010.
- LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993.

LOCKIE, S. 'The invisible mouth: Mobilizing 'the consumer' in food production-consumption networks. **Sociologia Ruralis**, v. 42, n. 4, p. 278, 2002.

MDA - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. 2013. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/planapo>> Acesso em: 21 mai. 2017.

MEYER, John, ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v.83, p.340-363, 1993.

MOURA, Gabrielly Ohana de. Atividade metodológica no ensino de geografia: o caso da aula de campo nas escolas públicas do município de Sumé - Paraíba.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura e Indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia. **Revista AGB**. n 58, 1981.

SANCHES, L. (org). **Geografia do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS. Milton, **Território e Sociedade**. 2 ed. São Paulo. Ed: fundação Perseu Abramo 2000.

SANTOS, Thiago Araújo. **Agroecologia como prática social: Feiras Agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. 2. ed. London: Sage Publications, 2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/MDA, 2001.

VILAS BOAS, S. H. T.; SETTE, R. S.; BRITO, M. J. Comportamento do consumidor de produtos orgânicos: uma aplicação da cadeia de meios e fins. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 8, n. 1, p. 25-39, 2006.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO OS DESAFIOS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – AEXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA DE SUMÉ (PB)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Essa pesquisa é o Trabalho de Conclusão no Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano de Gabrielly Ohana de Moura (99910 6381), sob a orientação da Profa. Dra. Adriana de Fátima Meira Vital (99903 3296)(UFCG). Obrigada por participar dessa construção.

CONSENTIMENTO

Eu, _____,
profissão _____, residente e domiciliado na _____, portador da Cédula de identidade, RG _____ e inscrito no CPF/MF _____ nascido(a) em ____ / ____ / _____, abaixo assinado(a), concordo de livre e espontânea **OS DESAFIOS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – AEXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA DE SUMÉ (PB)**”. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

- I) O estudo se faz necessário para que se possam entender a visão dos agricultores sobre os desafios das feiras agroecológicas na condução da produção agrícola;
- II) Tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;
- III) Os resultados obtidos durante este projeto serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;
- IV) Estou ciente que receberei uma via deste termo de consentimento

Sumé - PB, ____ de _____ de 2016.

Nome: _____
Nome / RG / Telefone

OS DESAFIOS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – AEXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA DE SUMÉ (PB)

GABRIELLY OHANA DE MOURA (Acadêmica)

ADRIANA DE FÁTIMA MEIRA VITAL (Orientadora UFCG)

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO

IDENTIFICAÇÃO:

- 1 – Gênero: () masculino () feminino
- 2 – Idade: _____
- 3- Tamanho da área de produção agroecológica _____
- 4- Tipo de propriedade _____
- 5- Está associado desde _____
- 6 - Sua principal fonte de renda atualmente:
- 7- Quantas pessoas dependem dessa renda _____
- 8-Vive só da produção agrícola () sim () não
- 9-Recebe apoio técnico de alguma instituição, se sim quais?
- 10- Você já participou de algum curso?() não () sim
- 11 - Há quanto tempo produz de forma agroecológica?
- 12- A Feira tem promovido autonomia e empoderamento? () não () sim
- 13- Tem facilidade de acessar o crédito?() não () sim
- 14- Existem políticas públicas que valorizem a Feira Agroecológica de Sumé?
() não () sim
- 15- Já participou de intercâmbios com outros feirantes agroecológicos?
() não () sim
- 16- Quais os maiores problemas ou dificuldades para fazer a Feira Agroecológica acontecer?
- 17- Você se sente valorizada(o)/respeitada(o) pelos consumidores?
() não() sim